



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 10, de 2025**

Concede revisão geral anual, na forma do inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, aos vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Indianópolis-MG, e dá outras providências.

**1 - Do Relatório:**

O Projeto de Lei nº 10, de 2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, após parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, é submetido a Comissão de Finanças e Controle desta Casa Legislativa, para análise sobre a viabilidade financeira e orçamentária, em respeito a determinação do art. 35, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Indianópolis.

O presente Projeto tem por objetivo conceder revisão geral anual, aos vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo, na forma do inciso X, do art. 37, da Constituição Federal.

Considerando a justificativa apresentada pelo Executivo Municipal, a proposta visa a recomposição salarial dos servidores municipais, com base na variação acumulada no IPCA, por meio da aplicação do índice de 4,83% (quatro inteiros e oitenta e três centésimos), preservando o poder de compra dos servidores e garantindo a manutenção do equilíbrio econômico do Município.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**

Temos que o parecer desta Comissão é o seguinte:

**2 – Da análise financeira e orçamentária:**

O projeto, prevê reajuste de 4,83% (quatro inteiros e oitenta e três centésimos) dos vencimentos dos servidores do Poder Executivo Municipal, concedidos a partir de 1º de abril de 2025. Referido índice corresponde à variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, referente ao período de janeiro a dezembro de 2024.

Em relação ao aspecto orçamentário, deve ser observado o limite de gasto total estabelecido no art. 19, inciso III, art. 20, inciso III, alínea b e art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101, de 04 de maio de 2000, que dispõe:

**Art. 19.** Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

**Art. 20.** A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

III - na esfera municipal:

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

**Art. 22.** A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**



Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

Quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, foi apresentado Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro, demonstrando que os custos com o reajuste não terão impactos não previstos no atendimento as metas fiscais da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e para os exercícios de 2025, tais valores acrescidos constarão na revisão do PPA e na elaboração do LDO e LOA.

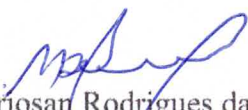
O referido projeto de Lei se encontra-se adequado ao que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000.

**3 – Da CONCLUSÃO/Decisão da Comissão:**

Após esta análise, a Comissão de Finanças e Controle manifesta-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 10/2025, considerando que há compatibilidade com as normas orçamentárias e fiscais vigentes.

É o parecer, *SMJ*.

Sala das Reuniões, 31 de março de 2025.

  
Mariosan Rodrigues da Silva  
Relator/Presidente






**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**

  
**Daniel Alves Miranda**

**Vice Presidente**

**José Ricardo Oliveira**  
**Membro**

**3 - Da CONCLUSÃO/Decisão da Comissão**

  
**Manoel Rodrigues da Silva**  
**Relator**